



VIOLÊNCIA

IA leva homem à prisão por tramar assassinato

Pai registrava no ChatGPT intenção de matar filho de oito anos para não pagar pensão alimentícia. Ele pretendia cometer outros crimes. Ao acessar os dados, provedor do serviço repassou-os ao FBI, que acionou o Ministério da Justiça

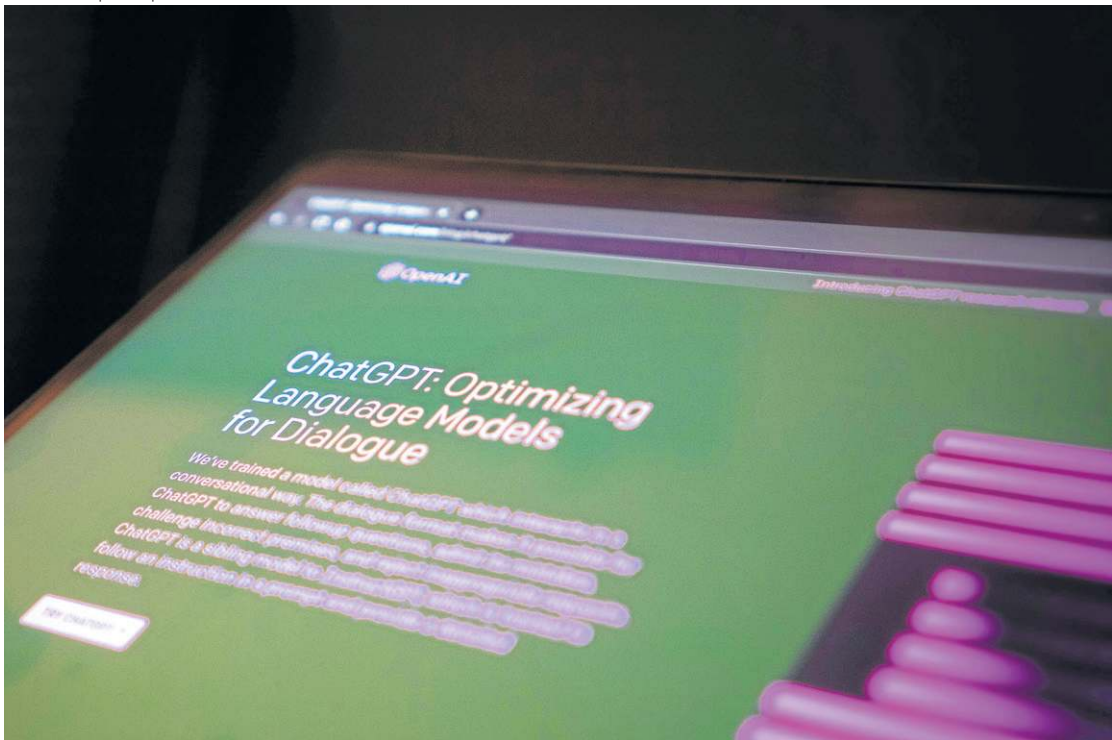
» VANILSON OLIVEIRA

A Polícia Civil do Espírito Santo (PCES), por meio da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC), prendeu um homem de 36 anos, na localidade de Farturinha, zona rural de São Gabriel da Palha, acusado de planejar matar o próprio filho, de oito anos, para não ter que pagar pensão alimentícia. Ele havia registrado os detalhes do crime no ChatGPT. O caso veio à tona depois de o Federal Bureau of Investigation (FBI) alertar o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre a trama.

A OpenAI, empresa detentora do programa de inteligência artificial, acionou o FBI e repassou os registros. Segundo a investigação, o homem, que não teve sua identidade revelada, utilizava o programa como uma espécie de diário, pesquisando e planejando o crime, que pretendia levar adiante em 20 de junho.

De acordo com a polícia capixaba, entre as mensagens registradas na IA, ele afirmava que pretendia contratar um pistoleiro para matar o menino. Também mencionava a intenção de praticar ataques contra escolas, igrejas e autoridades públicas. O delegado Brenno Andrade, chefe da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio

Jonathan Kemper/Unsplash



Homem registrava os detalhes dos crimes que pretendia cometer na plataforma, que acionou o FBI

(DRCCP) e titular da DRCC, destacou a importância da cooperação internacional no combate aos crimes no ambiente digital.

“A empresa responsável pela plataforma encaminhou ao FBI informações de que o indivíduo realizava pesquisas constantes relacionadas à intenção de matar o próprio filho. O FBI, por sua vez,

compartilhou esses dados com o CyberLab do Ministério da Justiça, que repassou o caso à Polícia Civil. Há oito anos trabalhamos com investigações cibernéticas e essa integração entre instituições tem sido fundamental para o sucesso de diversas operações”, explicou.

A polícia capixaba explicou que o homem foi abordado ao sair do

trabalho e não reagiu. Levado à delegacia para prestar depoimento, admitiu que interagiu com a IA, mas negou a intenção de matar o próprio filho. O aparelho telefônico dele foi apreendido e passará por perícia.

“Vamos confrontar os dados obtidos nas conversas com o conteúdo extraído do telefone



Nas mensagens enviadas à inteligência artificial, ele relatava a intenção de contratar um pistoleiro para matar o filho e dizia possuir meios para a prática de outros crimes. Mencionava fazer o maior número possível de vítimas”

Ícaro Olímpio, delegado adjunto da Delegacia de Crimes Cibernéticos do Espírito Santo

celular apreendido. O objetivo é verificar se houve a contratação de terceiros para a execução dos crimes”, disse Brenno.

Ação rápida

Segundo o delegado Ícaro Olímpio, adjunto da DRCC, as conversas obtidas na investigação exigiram atuação rápida da Polícia Civil. “Nas mensagens enviadas à inteligência artificial, ele relatava a intenção de contratar um pistoleiro para matar o próprio filho e dizia possuir meios para a prática de outros crimes violentos. Além disso, mencionava a possibilidade de realizar ataques contra escolas, igrejas e autoridades, afirmando que pretendia fazer o maior número possível de vítimas”, afirmou. Os dados encaminhados pelas

autoridades norte-americanas, segundo o delegado, foram fundamentais para a ação antes da data que teria sido indicada pelo investigado para o crime. “Recebemos a denúncia no dia 16 de junho. Nas conversas analisadas, ele mencionava que os atos ocorreriam no dia 20. Diante da gravidade das informações, adotamos todas as medidas necessárias e efetuamos a prisão no dia 19, impedindo que um mal maior pudesse ocorrer”, destacou.

Segundo Olímpio, “é importante que a população compreenda que conteúdos relacionados a atos de extrema violência recebem atenção das plataformas e das autoridades. Existe uma integração permanente entre empresas de tecnologia, órgãos governamentais e forças de segurança”.

Rafael Nascimento/M5



Projeto-piloto contemplará pacientes acompanhados em hospital no RS

MEIO AMBIENTE

Dino cobra de estados plano contra incêndio

» IAGO MAC CORD

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 30 dias para que oito estados da Amazônia Legal e do Pantanal façam correções em seus planos de combate a incêndios. São eles: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. A decisão foi tomada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 743 para intensificar o combate a incêndios e aprimorar a fiscalização nos biomas. O magistrado cobrou explicações do governo federal e dos estados devido aos efeitos do El Niño, que podem aumentar os focos de queimada.

Dino homologou os planos de Mato Grosso e Pará. Mas os dos demais estados apresentam

problemas. No Acre, a previsão de realizar 4 mil análises por ano é considerada ousada frente ao histórico local de apenas 1.400 validações anuais.

As metas irreais se repetem no Amazonas, que acumula um passivo de 50.775 cadastros na fila. São apenas 11 analistas para dar vazão à demanda.

A escassez de recursos humanos é crítica no Maranhão, onde apenas dois servidores são responsáveis por um passivo de 367.139 registros pendentes.

Problema de pessoal também afeta o Mato Grosso do Sul, onde 20 dos 31 analistas atuam sob contratos temporários de trabalho. O estado, que soma 55.785 cadastros na fila, não apresentou uma previsão de riscos operacionais e orçamentários.

O Amapá validou somente 1,05% de sua área total cadastrada

Gustavo Moreno/STF



Preocupação do ministro é com o enfrentamento aos efeitos do El Niño

(74.113 hectares de 7,09 milhões), além de registrar 2.064 cadastros classificados como de alta criticidade devido à sobreposição com áreas protegidas. Já o plano de Roraima deixando em aberto a validação de 8.596 imóveis que apresentaram alertas de desmatamento posteriores a 2008.

o custo do uso de fármacos à base de GLP-1 no tratamento da obesidade no SUS.

O ministro frisou que o Brasil está sendo pioneiro na utilização deste medicamento no sistema público de saúde. “Estamos estimulando estudos nessa tecnologia para que o país se aprimore, cada vez mais, da sua produção e oferta de forma segura. Nesse primeiro momento, ela é muito importante para o diabetes e obesidade, mas pode se estender também a outras doenças crônicas e até mesmo para tratamento de cânceres”, explicou.

Serão contemplados 250 pacientes do SUS já acompanhados pelo hospital com obesidade grave ou associada a outras comorbidades, como comprometimento cardíaco, além de indicação para cirurgia bariátrica. Esse público reflete o perfil assistencial da unidade, na qual 91% dos obesos apresentam a forma mórbida da doença. Desses, apenas 47% têm condições clínicas para realização de cirurgia bariátrica. A comorbidade mais prevalente nesse grupo é a hipertensão arterial.

Ao longo do projeto, serão

avaliados indicadores essenciais para compreender como o tratamento pode ser adaptado à realidade do SUS, como o percentual de perda de peso, a evolução da qualidade de vida, resultados de exames clínicos, condições pós-operatórias e os custos dos processos. O estudo terá duração de dois anos.

No ano passado, o SUS realizou 9,7 milhões de atendimentos relacionados à obesidade — um crescimento de 57% em relação a 2022.

*Estagiário sob supervisão de Fábio Grecchi

Proposta de manejo do fogo

» RAFAELA GONÇALVES

As projeções de um super El Niño em 2026 acendem o alerta para um cenário de seca mais intensa e aumento da periculosidade de grandes incêndios na Amazônia e no Cerrado, em um contexto que pode ampliar tanto as emissões de gases de efeito estufa quanto os impactos sobre a saúde pública. Diante desse risco climático, especialistas destacam que políticas permanentes de manejo do fogo se tornam ainda mais urgentes para reduzir danos ambientais e sanitários.

É nesse cenário que o Instituto Ar apresentou a proposta *Manejo Integrado do Fogo no Brasil: Como consolidar o MIF como política pública permanente?*, que sistematiza avanços e desafios da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, criada em 2024. O material, recebido com exclusividade pelo **Correio**, foi debatido no 1º Simpósio Nacional sobre Gestão

do Fogo (Sinafogo), encerrdo ontem, em Brasília.

Segundo Patrícia Ferrini, consultora da Organização Mundial da Saúde e coordenadora do Projeto Marajó Sem Fumaça, o estudo apresenta experiências de campo como o projeto Marajó Sem Fumaça, no Pará, considerado um piloto com potencial de replicação. Ferrini explica que a iniciativa combina brigadas voluntárias comunitárias e tecnologia de monitoramento em tempo real. “Estamos testando um modelo que integra inteligência artificial para detecção de fumaça e atuação imediata das brigadas, reduzindo o tempo de resposta”, afirma.

Sem Corpo de Bombeiros em Ponta de Pedras (PA), município que registrou 47 focos de queimadas em 2025, o projeto formou uma brigada voluntária com 15 moradores locais. Também foi instalada um sistema de câmeras com IA para monitoramento em tempo real de focos de fumaça em até 20 km.